

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 22 A 28 DE MARÇO DE 1983
Nº 214 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

Editor do Aconteceu
André Anaral Toral

TRABALHADORES URBANOS

INDÚSTRIAS ANTECIPAM DISSÍDIO

Em Porto Alegre (RS), o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Canoas, numa iniciativa inédita, ajuizou no Tribunal Regional do Trabalho a revisão de dissídio coletivo deste ano, marcado para abril, antecipando-se aos trabalhadores. O presidente do Sindicato explicou que devido às dificuldades financeiras decorrentes da retração do mercado, os patrões resolveram oferecer o que lhes parece ser "razoável e aceitável para a época". (JB - 22/3/83)

INDÚSTRIA PAULISTA JÁ DEMITIU 54 MIL EM 1983

De janeiro até a segunda semana de março, foram dispensados 54 mil trabalhadores, segundo estimativa oficial divulgada ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. O nível de emprego, pesquisado entre 620 empresas paulistas, evoluiu de menos 3,12% em igual período do ano passado, para menos 3,25% neste ano. Segundo o Departamento de Estatística da FIESP, de 31 de dezembro de 1980 (quando a indústria empregava aproximadamente 2 milhões de trabalhadores) até a segunda semana deste mês foram demitidos cerca de 370 mil empregados, o que representa 18,51% daquela força de trabalho. (JB - 22/3/83)

OPERÁRIOS CONQUISTAM ESTABILIDADE

Depois de uma greve de quatro horas, a indústria metalúrgica Rohm, do RJ, fabricante de peças para revólveres, ferramentas para torno e furadeiras, concordou ontem em dar seis meses de estabilidade aos seus 150 empregados. Os trabalhadores haviam paralisado suas atividades em protesto pela demissão de um candidato às eleições da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. (JB - 22/3/83)

METODISTAS NÃO APLICARÃO DECRETO

Todas as escolas metodistas do País deverão evitar a aplicação do Decret-Lei nº 2.012, que modifica a legislação salarial, segundo decisão tomada neste fim de semana em Belo Horizonte pelo Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino - Cogeime. Se for praticada pelas 25 instituições de ensino metodistas do País, a recomendação do Cogeime beneficiará cerca de 5.500 funcionários e professores. (ESP - 22/3/83)

PROTESTOS CONTRA DECRETO QUE ALTERA SALÁRIO

Sindicatos e federações de trabalhadores de vários Estados deverão realizar manifestações, hoje - Dia Nacional de Luta contra o Arrocho Salarial -, em protesto contra a alteração na lei salarial. Em São Paulo, os sindicalistas deverão encaminhar ao governo do Estado cópias do manifesto que será entregue ao presidente Figueiredo, contendo milhares de assinaturas, e também uma série de reivindicações a nível estadual. Às 18 horas, os dirigentes sindicais e a Comissão Estadual Pró-Central Única de Trabalhadores deverão promover ato público na praça da Sé. Em Porto Alegre, os trabalhadores realizarão passeata pelas ruas centrais da cidade, encaminhando-se até o Palácio Piratini, onde entregarão ao governador cópia do manifesto. Já em Belo Horizonte, os dirigentes sindicais programaram, para hoje concentração em frente ao Palácio da Liberdade para entregar ao governador Tancredo Neves, além da cópia do abaixo-assinado, um documento criticando "o desinteresse do governo em dialogar com os trabalhadores". No Rio Grande do Norte, os sindicalistas de Natal promoverão apenas uma reunião entre dirigentes sindicais. (ESP - 22/3/83)

MULHERES DA COSIPA

A participação feminina na campanha salarial da Companhia Siderúrgica Paulista este ano, cresceu poderosamente. Tanto as esposas dos trabalhadores como as próprias cosipanas decidiram se unir e apoiar a continuação do "estado de greve". A mobilização ganhou corpo depois que uma dessas esposas, inconformada com a decisão de não atender as reivindicações dos trabalhadores, tomada pela empresa, fez um inflamado discurso na assembléia geral de quarta passada. Nenhum dos outros oradores, nem mesmo o presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Santos, conseguiu aplausos maiores. O resultado de seu apelo à luta, ao lado dos maridos, já conseguiu formação de uma comissão feminina, que em quatro dias mobilizou um número surpreendente de mulheres. (FSP - 22/3/83)

SALÁRIOS ATRASADOS EM MINAS E SÃO PAULO

A situação dos quase 700 trabalhadores na Usina Queiroz Júnior, em Itabirito (MG), poderá voltar ao normal, com a promessa do presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, de estudar a liberação de empréstimo de Cr\$ 260 milhões solicitado pela empresa. A situação dos empregados é ruim, pois estão há oito meses sem receber seus salários e os vales para compras em supermercados foram suspensos no último dia 10. Também outros quase 700 trabalhadores, da Usina Tamoio, em Araraquara (SP), estão enfrentando o mesmo problema. A usina, de propriedade do Grupo Silva Gordo, não paga os salários desde setembro passado e, por decisão da própria empresa, paralisou a produção de açúcar e álcool. (ESP - 23/3/83)

RIO DEMITIU 600 ENGENHEIROS EM DOIS MESES

As empresas de consultoria e projeto passam por uma de suas piores crises. A desaceleração dos projetos governamentais está obrigando estas empresas a reduzirem seus quadros em 50%. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Sindicato dos Engenheiros carioca, Jorge Bittar, assegurando que "nos meses de janeiro e fevereiro já foram demitidos 600 engenheiros destas empresas no Rio". (JB - 23/3/83)

FASE DIFÍCIL NA NEGOCIAÇÃO METALÚRGICA

A negociação salarial dos metalúrgicos com o Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo entra agora numa fase crítica. Os pontos mais polêmicos, como o dos reajustes de salário, a questão dos reajustes trimestrais e elevação do piso salarial, serão discutidos amanhã pela manhã com a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, representando 31 sindicatos do Interior, e, à tarde, com os sindicalistas do ABC, Campinas, Itu e São José dos Campos. Ontem, dois grupos de sindicalistas trataram dos itens considerados "sociais". Em troca da estabilidade no emprego por 1 ano, os dirigentes sindicais do ABC, Campinas, Itu e São José dos Campos fizeram a seguinte proposta: limite de dispensa na proporção de 1,5% para empresas com até 200 empregados; 1% nas empresas que têm de 200 a 1.000 empregados e 0,5% de demissões por mês nas empresas com mais de 1.000 empregados. Como não houve acordo, esta proposta voltará a debate. "As empresas estão cada vez mais radicais", afirmou ontem Argeu Egydio dos Santos, presidente da Federação dos Metalúrgicos. Segundo ele, não houve acordo entre as partes na reunião de ontem também quanto ao pedido de criação de um seguro desemprego, adicional por anuênio e redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, entre outras coisas. (FSP - 23/3/83)

VIGILANTES VIGIAM SEUS SALÁRIOS

Centenas de vigilantes e agentes de segurança, que em sua maioria trabalham em bancos, saíram em passeata ontem, em São Paulo, realizando concentração em frente à DRT. Após a manifestação, os vigilantes, reunidos em assembléia, decidiram entrar em greve, já que não chegaram a acordo com os empresários do setor. Eles pedem piso sala-

rial de Cr\$ 57 mil, enquanto as empresas oferecem Cr\$ 45. (ESP - 25/3/83)

METALÚRGICOS ENFRENTAM DEMISSÕES

A quase totalidade dos 1.274 empregados da Construções Eletro-Mecânicas S/A de Canoas, de Porto Alegre (RS), entraram em greve ontem, em protesto pelas demissões que vêm sendo feitas nas últimas semanas, e pleiteando a readmissão dos colegas e garantia de emprego. Também cerca de 650 operários de duas empresas localizadas na região de Osasco (SP), entraram em greve ontem, protestando contra a demissão de companheiros e atrasos nos pagamentos. As indústrias Funbec e Pyro localizam-se, respectivamente, em Barueri e Carapicuíba, e até o início da noite de ontem, as negociações desenvolvidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco com os diretores das duas empresas não haviam chegado a nenhuma solução para interromper as greves. Já os metalúrgicos da Belgo Mineira de Sabará, na região Metropolitana de Belo Horizonte, diante da ameaça da empresa em demitir mais 250 operários, tomaram uma decisão inédita no País: trocaram o reajuste a que tinham direito baseado no INPC para abril, por uma gratificação de 12,6% e estabilidade até janeiro. (FSP - 25/3/83)

FUNCIONÁRIOS DA DELFIN PEDEM SOLUÇÃO

Representantes de funcionários do Grupo Delfin, que se encontra sob intervenção do governo federal há dois meses, encaminharam, ontem, ao Ministério do Interior, um memorial assinado por 30 mil depositantes e clientes daquela empresa de crédito e poupança, que pede "uma solução pronta e justa para o funcionalismo da empresa". Eles justificaram sua presença em Brasília, como afirmou Roberto Percinoto, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, pela situação de total falta de informações sobre o andamento do caso, na qual estariam sendo mantidos pelos interventores federais. (ESP - 25/3/83)

PROSEGUE A GREVE NA COEMSA

Os quase 1.300 operários da Construções Eletro-Mecânicas S/A decidiram ontem manter, por tempo indeterminado, a greve que deflagraram quinta-feira, pleiteando estabilidade no emprego e a readmissão de 60 colegas. A empresa alegou não poder dar a estabilidade, a não ser que o governo pague uma dívida de Cr\$ 4,5 bilhões e revise a suspensão de várias encomendas. A Coemsa é uma das cinco maiores fabricantes de geradores, turbinas e transformadores para usinas hidrelétricas do País. (ESP - 26/3/83)

SÃO CAETANO APROVA A PROPOSTA DO GRUPO 14

Com exceção da cláusula que prevê uma produtividade de 0% para os trabalhadores de empresas com até 50 empregados, cerca de 600 operários, reunidos ontem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, decidiram aprovar a contraproposta apresentada pelos empresários, ao término das negociações em torno da renovação do acordo coletivo de trabalho da categoria, cuja data-base é 1º de abril próximo. O sindicato deverá, até a próxima sexta-feira, renegociar o índice de produtividade para os empregados das pequenas empresas, assim como tentar a fixação de um piso salarial para esses trabalhadores, conforme decisão da assembleia. (ESP - 26/3/83)

MAQUINISTAS CONSEGUEM ACORDO

Pelo menos durante os próximos 10 dias está afastada a possibilidade de paralisação dos trens de subúrbio da Rede Ferroviária Federal que servem à população da zona Leste de São Paulo. Em reunião realizada ontem, representantes dos 74 maquinistas e a empresa concordaram em criar uma comissão mista para apresentar um relatório com as reivindicações da categoria, descontente com as condições de trabalho e salários. No

final do encontro, o presidente do sindicato dos ferroviários, José Mendes Botelho, explicou que a empresa, "que se recusava a dialogar com os maquinistas", de imediato concordou em reativar e reformular o alojamento, fazer uma reunião mensal com os maquinistas e outra bimestral com delegados de todas as categorias de ferroviários. Botelho adiantou que essa foi a última tentativa de diálogo com a Rede. "Se não der certo, o sindicato lavará as mãos e daí para a frente vai apoiar qualquer iniciativa dos maquinistas, responsabilizando a empresa por tudo o que possa acontecer." Os maquinistas reivindicaram da empresa a elaboração de uma escala de trabalho, melhor remuneração salarial, alojamentos e mais segurança para as composições. (ESP - 26/3/83)

DESEMPREGO ALCANÇA 5 MIL NAS OBRAS DA CESP

Em função da escassez de recursos, a Companhia Energética de São Paulo vem desacelerando as obras das três hidrelétricas que está construindo no Paraná, o que está obrigando as empreiteiras das obras (construtoras Camargo Correa, Mendes Junior e Servix) a demitirem, a partir de janeiro, mais de cinco mil operários que trabalhavam nos serviços de topografia, terraplenagem, escavações e concretagem. Com isso, as administrações dos municípios paranaenses, onde as obras estão sendo realizadas, denuncia que os problemas sociais estão se agravando, já que as prefeituras, praticamente falidas, não têm como atender ao grande volume de desempregados. Conforme informações de operários demitidos e de funcionários da Cesp no Paraná, o desemprego já atinge quase 50% dos operários que trabalhavam até o final do ano passado (estima-se que a ocupação era de 14 mil homens) nas obras das hidrelétricas. (ESP - 26/3/83)

METALÚRGICOS PODERÃO IR À GREVE

Os trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista e os representantes das empresas do setor não fizeram acordo sobre as reivindicações de reajustes salariais para os empregados. Em função disso, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Jair Meneguelli, afirmou que vai propor greve geral à categoria. O Grupo 14, da Fiesp, propôs taxas de produtividade escalonadas de acordo com o número de empregados de cada empresa. Assim, as fábricas com até 50 empregados não dariam aumentos reais de salários. As empresas entre 51 a 200 trabalhadores concederiam 2% de aumento; entre 201 a 1.000, 3%; entre 1.001 a 3.000, 4%; entre 3.001 a 6.000 trabalhadores, 5%, e as firmas com mais de 6.000 operários reajustariam os salários em 6% sobre o INPC. Todos os aumentos com produtividade, no entanto, só atingiriam os trabalhadores que ganham até 10 salários mínimos por mês. Embora considerasse "razoável" a proposta patronal, Jair resolveu rejeitá-la "em solidariedade aos trabalhadores de Itu e de diversas cidades do Interior, já que na nossa área só existem grandes empresas e nossos companheiros estariam sendo beneficiados". Na proposta do Grupo 14, os representantes das empresas ofereceram pisos salariais de Cr\$ 72.000,00 para as fábricas com até 5 mil empregados e de Cr\$ 72.000,00 para as firmas com mais de 5 mil trabalhadores. Propuseram ainda critérios de dispensa, obrigando as empresas com menos de 50 empregados a pagar 3 salários de aviso-prévio em casos de dispensa sem justa causa, "para evitar a alta rotatividade da mão de obra", segundo o coordenador do Grupo 14. Todas essas contrapropostas serão discutidas no final de semana por todos os sindicatos em negociação. (FSP - 25/3/83)

METALÚRGICOS DO ABC REJEITAM A OFERTA DA FIESP

A proposta da FIESP de aumentos salariais escalonados, de acordo com o número de empregados da empresa, foi rejeitada ontem pelos 15 mil metalúrgicos de São Bernardo, reunidos no estádio de Vila Euclides. Em Santo André, outros 600 metalúrgicos nem chegaram a pôr em votação a proposta. As lideranças dos dois sindicatos querem reabrir as negociações até quarta-feira, quando haverá novas assembleias, mas a comissão de negociação do Grupo 14 da FIESP recusa essa possibilidade e só admite voltar a discutir pequenos ajustes. (JB - 28/3/83)

METALÚRGICOS DE SANTO ANDRÉ TAMBÉM REJEITAM PROPOSTA

Cerca de 350 metalúrgicos (menos de 1% da categoria), reunidos ontem no sindicato em Santo André, decidiram rejeitar a contraproposta da Fiesp e delegaram poderes à diretoria para que esta volte a negociar com a entidade patronal um piso salarial compatível e um índice de produtividade para os operários das microempresas, com até 50 trabalhadores. A decisão dos trabalhadores de Santo André se assemelha em muito à dos de São Caetano do Sul que apesar de terem aceitado a proposta na sexta-feira à noite, condicionaram a assinatura de um acordo a que os operários das microempresas sejam atendidos em suas reivindicações. Segundo o presidente do sindicato, a categoria vai exigir da Fiesp piso salarial de Cr\$ 74 mil para aqueles trabalhadores e propor um índice de produtividade de 6% "não só para os da microempresa, mas sim para toda classe". (FSP - 28/3/83)

METALÚRGICOS DE MINAS NÃO ACEITAM PROPOSTA

Em Belo Horizonte, os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos de João Monlevade, e de Belo Horizonte e Contagem, vão-se reunir hoje com a diretoria da Siderúrgica Belgo-Mineira para informar que os 6 mil 750 empregados da aciaria, da trefilaria e do escritório central não vão aceitar a proposta da empresa de abrirem mão do reajuste semestral de abril, de 42,6%, a fim de serem evitadas novas demissões. Segundo denúncia dos sindicatos, desde o começo da semana passada os encarregados de turnos da trefilaria de Contagem "vêm pressionando os empregados". Ainda na semana que passou, a Belgo-Mineira convenceu os 716 metalúrgicos da Usina de Sabará a abdicarem do INPC de abril, em troca de garantia de emprego até 31 de janeiro de 1984, uma gratificação de 12,6% até julho não incorporável ao salário e antecipação, em agosto e setembro, de 20,3% do reajuste semestral de outubro. (JB - 28/3/83)

TRABALHADORES RURAIS

CAPEMI IMPEDE QUE IBDF PAGUE SALÁRIO A PEÕES

Durou apenas um fim de semana a esperança dos peões da Capemi em Tucuruí, PA, de receber os salários atrasados: os Cr\$ 365 milhões que o IBDF havia conseguido foram embarcados pela Capemi e pelo BNCC, porque a madeira que ficaria como garantia está penhorada. Uma fonte do Governo informou que está sendo montado um dossiê sobre a corrupção na Agropecuária Capemi e, entre as denúncias, a mais grave é contra o Coronel Lício Maciel: levou uma carcaça de barco de São Paulo e fez todo seu revestimento em pau-brasil. (JB - 22/3/83)

CIDADE PÁRA POR CAUSA DE ATALLA

A maioria dos 300 estabelecimentos comerciais de Porecatu - município a 110 quilômetros de Londrina e com 20 mil habitantes - não abriu suas portas, ontem, em sinal de protesto contra a Usina Central do Paraná (UCP), do Grupo Atalla, que, segundo os manifestantes, "está levando a cidade à insolvência" por não pagar há mais de três meses os salários de seus aproximadamente 10.000 empregados. E é destes operários que os comerciantes dependem para continuar em atividade. Reunidos com os três deputados que compõem a Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Assembléia Legislativa do Paraná, formada para investigar as irregularidades praticadas pelo Grupo Atalla, que também tem grande débito com órgãos governamentais, os comerciantes pediram que "os políticos exijam que o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) intervenha na UCP, confisque os bens da empresa, pague suas dívidas e mande seus diretores embora de Porecatu".

Fiori Luiz, presidente da CEI, disse: "Pelo que constatamos em um dia de trabalho, os diretores dessa empresa deveriam estar na cadeia se este fosse um País sério. Outras usinas, como as do grupo Ometto, de São Paulo, estão em boas condições porque seus administradores não são aventureiros. A solução para a crise gerada pela UCP, é intervenção do IAA, depois de se exigir o pagamento dos débitos, que se desmobilize o seu capital, uma vez que a empresa possui mais de 25 mil alqueires de terras no Paranã, e que seus bens sejam bloqueados. É necessário que se saiba onde o grupo Atalla alocou os vultosos empréstimos governamentais". Já o deputado Paulo Furiati acha que a melhor solução "é o governo promover uma reforma agrária em Porecatu. A Lei nº 4.504, de 1964, do Estatuto da Terra, prevê a desapropriação de terras em que haja tensão social. Esse é o caso de Porecatu. Então, o presidente da República deveria desapropriar as terras da usina e distribuí-las aos trabalhadores rurais, que, em conjunto com os operários da empresa, administrariam o complexo de produção de açúcar e álcool em forma de cooperativa". Apesar de tudo, ontem a direção da empresa demitiu mais cinco trabalhadores, alegando que eram os líderes do movimento que romperam. E demitiu os operários sem pagar os salários em atraso desde novembro, nem as indenizações de direito. Motivo: justa causa. (ESP - 23/3/83)

PEÕES RECEBEM E FAZEM FESTA

A chuva forte que caiu ontem, não conseguiu afogar a alegria dos peões da Agropecuária Capemi e da Desmatec, que hoje acorreram às portas do Banco do Brasil para receber seus salários, hábito que não praticavam há três meses, quando as empresas suspenderam seus pagamentos. O primeiro a receber foi Edgard José de Sousa Caetano, com as notas seguras em suas mãos como um leque, abanou-se, abraçou os companheiros de fila e saiu feliz da vida, porém com uma certeza: "Vou ficar na greve até que eles paguem toda a nossa quitação. O mais importante é a quitação, que nos dará condições de inclusive sair daqui, se não encontrarmos trabalho, para procurar emprego em outro lugar." Hoje de manhã continuam os pagamentos, desta vez para os trabalhadores das áreas de desmatamento conhecidas como Funai e Margem Direita, já que os que receberam ontem foram apenas funcionários da vila residencial, localizada na rodovia Transcama-tá. (FSP - 26/3/83)

ÍNDIOS

PERITOS ESTUDAM DIREITOS DE ÍNDIOS

O Juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, deu prazo de 70 dias para que os peritos entreguem os laudos das avaliações antropológicas e topográficas a serem feitas na Fazenda São Lucas, situada no município de Itaju do Colônia (BA), dentro da área que está sendo disputada pelos Índios Pataxó-Hã-Hã-Hãe e fazendeiros da região. A audiência de instalação da perícia foi realizada na tarde de ontem, tendo sido nomeado para fazer o levantamento topográfico da fazenda o engenheiro civil, enquanto a avaliação antropológica ficou a cargo do professor de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Néssaro Nasser. (O GLOBO - 15/3/83)

MÉDICO SE RECUSA A SOCORRER ÍNDIO

Alegando que se tratava de um "selvagem", o médico Sérgio Kloss negou-se, ontem, pela manhã, a atender uma criança Pareci, levada para ser socorrida depois de várias crises de convulsões. O fato aconteceu no Município de Vilhena (RO), e, segundo o sertanista Aymoré Cunha da Silva, nem com sua presença no local, chamado pelos pais do doente, foi possível convencer o médico, em cuja clínica foi procurado atendimento. Aos

gritos, segundo o sertanista, o médico expulsou os pais da criança, um menino e o próprio Aymore. E Paulo, o garoto, só conseguiu superar a crise com o empréstimo de um balão de oxigênio, cedido por outro médico da cidade, enquanto a queixa contra o fato foi feita na Delegacia de Polícia local, porque, conforme o sertanista, houve discriminação. O fato foi citado na sessão da Assembleia Legislativa, pelo Deputado Sérgio Carminatto, do PMDB, que denunciou ter o médico ferido a Lei "Afonso Arinos", pedindo ao presidente do Conselho Regional de Medicina que submetesse o médico a uma Comissão Ética. O delegado-regional da FUNAI disse que ia entrar em contato com o assessor-jurídico, para tomar providências. (O DIA - 19/3/83)

CASA DO ÍNDIO

Apesar dos pedidos de autoridades e do ex-delegado da Funai, Ivan Baiocchi, a antiga Casa do Índio de Goiânia continua abandonada e correndo o risco de ser ocupada por algum órgão estadual, já que foi cedida à Funai pelo governo do Estado. Caciques das nações indígenas do Estado estão revoltados com este descaso das autoridades e também denunciam que a chácara destinada ao alojamento de índios em Araguaína, no Norte do Estado, se encontra em péssimo estado de conservação. (ESP - 22/3/83)

FUNAI ADMITE INDENIZAR ÍNDIO

O presidente da Funai prometeu ontem, aos líderes indígenas Xokleng, da reserva de Ibirama, em Santa Catarina, que o órgão examinará a reivindicação da tribo que quer receber indenização de Cr\$ 163.400.000,00 da Eletrosul pela inundação de parte de sua reserva pelas águas da barragem do Rio Ercílio, no vale do Itajaí. Os índios Copaján e Ueitxã pediram, ainda, ao presidente da Funai para retirar as madeireiras que estão atuando ilegalmente dentro da reserva indígena de Ibirama. A barragem da Eletrosul deverá inundar 817 hectares da reserva indígena que tem 14.768 hectares - e até agora, segundo afirmaram os índios, a Funai não definiu como será feito o aproveitamento da madeira. O presidente da Funai garantiu aos índios que a Funai vai retirar a madeira e reverter o lucro obtido com a sua venda para a comunidade da área. (FSP - 23/3/83)

JURUNA QUER COMISSÃO DO ÍNDIO PARA A CÂMARA

O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) apresentou ontem um projeto de resolução que cria a Comissão do Índio, em caráter permanente, na Câmara dos Deputados. Propôs Juruna que "a Comissão compete opinar sobre assistência ao índio, organismos relacionados com interesses indígenas e relações do índio com a sociedade. Compete-lhe, ainda, em caráter permanente e em colaboração com as demais comissões da Câmara, quando for o caso: a) receber e investigar denúncias sobre assuntos de interesse do índio; b) propor medidas legislativas de defesa do índio e da ecologia das reservas indígenas; c) investigar o cumprimento da legislação de defesa do índio. (FSP - 24/3/83)

JURUNA VISITA BELTRÃO E FAZ REIVINDICAÇÃO

O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) esteve ontem com o Ministro da Previdência Social, Hélio Beltrão, a quem solicitou a redução do limite de idade para a aposentadoria por velhice do índio que trabalha em área rural. No documento entregue ao ministro, o deputado esclarece que, raramente, o índio chega aos 60 anos e que sua debilidade orgânica é agravada pela integração com os brancos. Citou o exemplo de tribos inteiras dizimadas por um surto de gripe ou sarampo, doenças contra as quais o branco já adquiriu resistência. Outra sugestão feita ao ministro é a de que representantes do Funrural, em regiões próximas a áreas indígenas, sejam instruídos para apressar o processo de aposentadoria dos índios: "Muitos documentos são exigidos, quando poderiam ser substituídos por uma declaração da Fundação Nacional do Índio". Juruna deixou o gabi-

nete do ministro com esperança de ver suas reivindicações atendidas. Hélio Beltrão, prometeu analisar o assunto. (JB - 25/3/83)

MOVIMENTOS POPULARES

PROTESTO CONTRA NOVOS REGIONAIS

Cerca de 100 pessoas, representando diretórios do PMDB e de algumas sociedades de amigos de bairro de Santo Amaro, Campo Limpo, Penha, Cangaíba, Vila Matilde e Tatuapé estiveram ontem no Ibirapuera para protestar contra a nomeação dos novos administradores regionais de São Paulo. Apesar da insistência, o prefeito e o secretário das Administrações Regionais, se negaram a recebê-las, enviando apenas o assessor de imprensa. Irritados, os manifestantes dirigiram-se, em sete ônibus, ao Palácio dos Bandeirantes, para pedir ao governador Montoro que "enviasse uma ordem ao prefeito determinando que recebesse os legítimos representantes regionais", como disse Tranquilo Mortela, secretário do deputado federal Horácio Ortiz, em seu discurso em frente à porta do hall de entrada do gabinete do prefeito. Segundo ele, a "escolha dos novos regionais não obedeceu a um consenso dos diretórios do PMDB para indicar seus nomes". (ESP - 22/3/83)

INVADIDOS TERRENOS DA PREFEITURA

Mais de 20 famílias de favelados, todas vindas do Nordeste, estão instaladas, desde o último sábado, em dois terrenos da Prefeitura localizados no Parque do Engenho, no Campo Limpo (SP) nos fundos da 47ª delegacia de polícia. Os moradores da região pediram, em abaixo-assinado à Administração Regional de Campo Limpo a expulsão das famílias, mas funcionários do órgão garantiram ontem aos invasores que eles não serão retirados do local. Os funcionários da A.R. pediram aos invasores que só se instalassem nos terrenos da Prefeitura, evitando a ocupação de lotes particulares, o que eles, satisfeitos, prometeram fazer. As famílias receberam ainda, na Regional, vários panfletos, assinados pelo diretório do PMDB em Santo Amaro, convidando o povo a participar amanhã da posse dos administradores de Santo Amaro e Campo Limpo. (FSP - 24/3/83)

FAVELADOS OUVEM BOATO E OCUPAM ÁREAS DO METRÔ

Quinze quilômetros de terrenos que margeiam a linha 2 do metrô, de Inhaúma ao Irajá (RJ), amanheceram, ontem, demarcados. É que favelados da região ouviram dizer que se podiam instalar naqueles pedaços de terra. À tarde, foi explicado o mal-entendido: o Governo estadual decidiu que as áreas seriam destinadas à comunidade e não seriam vendidas. Na Favela de Manguinhos, 17 horas de ontem, mais de 10 barracos foram demolidos por funcionários da Light, com a cobertura de policiais, numa medida sem amparo judicial. (JB - 25/3/83)

INVASORES PODEM FICAR COM CASAS

Cerca de três mil favelados invadiram as 800 casas do Programa Pró-Morar, na estrada da Parada, em Vila Nova Cachoeirinha, protestando contra a demora na entrega das habitações. As casas são pequenos módulos com um quarto e banheiro que poderão ser ampliados futuramente, mas ainda estão sem ligações de água, luz e esgotos e as janelas não têm vidros. A invasão começou há um mês, quando o ex-secretário da Família e Bem-Estar Social, autorizou 32 famílias, que tiveram seus barracos destruídos pelas chuvas no Campo Limpo, a se mudarem para o conjunto. A notícia se espalhou, e moradores das

favelas, das proximidades, inscritos ou não na Cohab, começara a invadir as casas. Isso criou um conflito na região, já que muitos dos inscritos no programa ficaram sem moradia. O problema foi solucionado pela atual secretária da Fabes, que garantiu a posse das casas pelos invasores, além de ter determinado um levantamento dos ocupantes e a construção de novas casas para abrigar os demais inscritos no Programa Pró-Morar. (ESP - 27/3/83)

IGREJA

CNBB ANALISA TEMAS DE ITAICI

A última reunião preparatória da 21ª Assembléia Geral dos Bispos, marcada para o próximo dia 6, em Itaici, teve início ontem, em Brasília, reunindo a presidência da CNBB e os membros da Comissão Episcopal de Pastoral. Os bispos estão analisando o temário proposto para a assembléia, que inclui as eleições para a CNBB, a avaliação dos quatro anos de trabalho da atual direção da entidade, a discussão das diretrizes para uma catequese renovada e a aplicação do Novo Código do Direito Canônico no Brasil. (ESP - 23/3/83)

PADRES FRANCESES CRITICAM O PAPA

Trinta e um padres-operários que vivem na região Oeste de Paris criticaram, ontem, o Papa, afirmando que durante a recente viagem a América Central, o Pontífice "se opôs a que os sacerdotes participem dos movimentos revolucionários de libertação", mas aceitou "ser recebido como chefe de Estado por ditadores e assassinos que oprimem a maioria dos povos que visitava". "Quando falava aos povos diariamente submetidos à opressão, como conseguiu condenar, da mesma maneira, tanto a violência dos 'poderosos', como a dos 'pobres', sabendo que estes se limitam a defender suas vidas, depois de terem recorrido, em vão, a todos os demais meios?", indagam os sacerdotes. (FSP - 23/3/83)

PADRE ACUSADO DE SUBVERSÃO

O bispo d. José Rodrigues, da Diocese de Juazeiro, no Norte da Bahia, será denunciado como subversivo ao presidente da República, em um abaixo-assinado organizado pelas famílias Castro, Viana e Braga, as três mais influentes do município de Casa Nova. A acusação deve-se à atuação do bispo e dos padres da diocese junto aos trabalhadores rurais da região. A informação foi confirmada ontem pelo próprio bispo, que denunciou que trabalhadores das frentes de trabalho estão sendo obrigados a assinar o documento das famílias sob ameaça de dispensa. Também as professoras do município são obrigadas a recolher assinaturas dos estudantes em papel em branco, para não serem transferidas ou afastadas. (ESP - 23/3/83)

POLÍTICA NACIONAL

MANIFESTAÇÃO CONTRA O DESEMPREGO E O ARROCHO

Em Belo Horizonte (MG), líderes sindicais, de associações comunitárias e de bairros

farão uma manifestação hoje à tarde na frente do Palácio da Liberdade, para entregar ao Governador Tancredo Neves um documento com 30 mil assinaturas, no qual se pronunciam contra o desemprego e o arrocho salarial. (JB - 22/3/83)

MUDANÇAS NAS LEIS DE GREVE E SALARIAL

O Ministro do Trabalho, disse ontem ser favorável à mudança da lei de greve, "para adaptá-la ao momento atual". Após quatro horas de reunião com os presidentes de todas as confederações de trabalhadores do Brasil e com o Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), o Ministro disse que a aprovação ou rejeição do decreto-lei que alterou a política salarial "depende exclusivamente do Congresso, que é soberano para tanto". O Senador Chiarelli admitiu negociação em torno da lei salarial "buscando-se fórmulas alternativas não só dentro da lei, mas também em conjunto com outras medidas de política de emprego, tais como modificações na lei de greve, reestruturação sindical e maior ênfase às negociações". O representante das confederações, Rômulo Pereira de Sousa, assegurou que não basta apenas mudar a lei salarial. "Além de melhores condições aos trabalhadores, o Governo deve dar maior importância ao aspecto social do que ao puramente econômico." Assessores do Ministério do Trabalho asseguram que a única maneira de se implantar o sistema de livre negociação dos salários será com a alteração da lei de greve, "mais liberal e menos rígida". (JB - 22/3/83)

GOVERNO AMEAÇA ACABAR COM REAJUSTE SEMESTRAL

O grupo que controla a política econômico-financeira do governo está firmemente decidido a pôr fim à semestralidade dos reajustes salariais - caso o Congresso Nacional revogue o decreto-lei 2.012 que alterou os percentuais de correção dos salários. A decisão foi comunicada a cerca de 50 parlamentares governistas que, em companhia do líder do PDS na Câmara, avistaram-se ontem pela manhã com o ministro do Trabalho. "Não se trata de ameaça aos trabalhadores - garantiu o vice-líder Edison Lobão - mas apenas da única alternativa que resta ao governo, caso não sejam mantidos os índices de reajuste estabelecidos pelo decreto-lei 2.012." Marchezan, por sua vez, garantiu que a alternativa de extinguir a semestralidade não é defendida por Murilo Macedo. Preferiu silenciar sobre a origem da ameaça, mas seus correligionários confirmaram que ela vem da parte do ministro Delfim Neto, do Planejamento, tendo sido apenas transmitida aos parlamentares pelo ministro do Trabalho. Edison Lobão afiançou que, no caso de revogação do decreto-lei, a reação do governo acabando com a semestralidade poderia ocorrer sem que tal medida fosse submetida ao Congresso Nacional, já que o projeto de lei que a criou autoriza o Poder Executivo a efetuar modificações a qualquer tempo na fixação dos prazos de reajustes. (FSP - 23/3/83)

ATO PÚBLICO CONTRA O ARROCHO

O "Dia Nacional de Luta Contra o Arrocho Salarial" foi marcado ontem em São Paulo por uma concentração de aproximadamente 3 mil pessoas na Praça da Sé. A concentração, promovida pela Comissão Sindical Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT) tinha como finalidade marcar a unidade dos sindicalistas de São Paulo, na luta contra o Decreto-lei 2.012 - que alterou a sistemática de reajustes salariais, excluindo o adicional de 10% para os salários mais baixos - na defesa de uma política de emprego na condenação dos acordos do governo com o FMI e como preparação à realização do Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras. O baixo comparecimento de lideranças sindicais foi lamentado pelos integrantes da Comissão Pró-CUT. Um deles - Raimundo Rosa de Lima, presidente do Sindicato dos Padeiros - disse que, das 200 entidades que se comprometeram com a organização do congresso, menos de 50 haviam mandado representantes à concentração. Outro integrante da Comissão Pró-CUT - Valdemar Rossi, líder de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - também lamentou a não-adesão das federações e argumentou que essa desunião não é causada por alinhamentos em torno de partidos políticos. (FSP - 23/3/83)

CONCLAT PEDE RESPOSTA AO GOVERNO

Um abaixo-assinado com mais de 500 mil adesões, pedindo uma resposta do governo ao documento resultante da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 1981 - pelo qual a Conclat pedia providências para evitar o desemprego e a carestia - foi entregue ontem no Palácio do Planalto pela Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores. O abaixo-assinado foi protocolado em decorrência do não-atendimento ao pedido feito pela Pró-Cut, no último dia 9, de uma audiência com o presidente Figueiredo, quando seriam debatidos os problemas que a classe trabalhadora vem enfrentando. Como o Palácio não atendeu à solicitação, 13 membros que integram a comissão - representantes sindicais de diversos pontos do País - fizeram ontem a entrega formal. (FSP - 23/3/83)

PLANALTO PREOCUPADO COM MALUF

O presidente Figueiredo manifestou, agora, pela primeira vez, em contato com políticos do PDS, preocupação quanto ao crescimento da candidatura do ex-governador de São Paulo, deputado Paulo Maluf, dentro da representação governista no Congresso e no Colégio Eleitoral. Tal manifestação foi feita num desabafo com próceres do PDS e o Presidente, segundo informação que circulava no Congresso, parecia não ter nenhuma fórmula capaz de conter a obstinação sucessória de Maluf. Um dos políticos situacionistas que se avistaram com o chefe do governo, nos últimos dias, assinalou, contudo, durante o encontro, à guisa de consolo para o presidente Figueiredo, "que em pequenos universos políticos, como a convenção do PDS (914 votos) ou o Colégio Eleitoral (686), o governo só perde se quiser". No Congresso, a inação do governo, relativamente à candidatura Maluf, era vista com perplexidade, por políticos de peso, como, entre outros, o deputado Magalhães Pinto, do PDS mineiro, para quem o comportamento do ex-governador paulista parecia razoável. "Incompreensível - sublinha o representante de Minas - não é o que o Maluf faz, a fim de sair candidato, mas o que o governo não faz, para impedir que ele seja candidato oficial". Por fim, o mesmo informante sublinhou que o governo, ante a pressão dos acontecimentos, não poderia - como desejava o presidente Figueiredo - adiar a sucessão para 1984. Esse assunto - finalizou - estará irremediavelmente colocado ainda este ano e quanto antes isso acontecer, melhor será para o presidente Figueiredo". (FSP - 24/3/83)

INTERNACIONAIS

SENADO NORTE-AMERICANO CORTA METADE DA AJUDA MILITAR A EL SALVADOR

A Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano causou ontem uma derrota ao presidente Reagan ao decidir reduzir a metade o pedido de 60 milhões de dólares de ajuda militar adicional a El Salvador. Durante os debates, o ultraconservador Jesse Helms disse que o golpe militar que derrubou o governo constitucional de El Salvador em 1979 foi organizado pelos Estados Unidos. A Comissão de Relações Exteriores recomendou o "diálogo incondicional" entre o governo e rebeldes salvadorenses, além da reforma do sistema judiciário do país. Outro parecer é que o número de instrutores militares norte-americanos em El Salvador seja limitado a 55, e que qualquer adestramento adicional seja realizado nos Estados Unidos. (FSP - 25/3/83)

MILITARES PRESOS POR "EXCESSO" NA REPRESSÃO

Cerca de 60 militares argentinos foram condenados por tribunais especiais por "excessos" cometidos durante a repressão aos grupos de esquerda, nos últimos anos, e cum-

prem penas na prisão de Magdalena, em La Plata, informou o jornal "Tiempo Argentino", trazendo novamente à tona o mais grave problema enfrentado pelo regime militar, que ontem completou sete anos praticamente sem nenhuma comemoração oficial. O jornal, citando fontes militares, acrescenta dados à informação prestada anteontem pelo comandante do Exército, general Cristiano Nicolaidis, de que "alguns oficiais" estão presos "por terem infringido as normas durante a luta anti-subversiva". (FSP - 25/3/83)

CHILE PRENDE 220 EM MANIFESTAÇÃO CONTRA MILITARES

Mais de 220 pessoas - entre elas dois padres - foram presas ontem em Santiago do Chile, durante as mais violentas manifestações contra o Governo, desde que os militares assumiram o Poder, em 1973. Os protestos começaram com a explosão em cadeia de oito bombas que não causaram vítimas. Os manifestantes foram presos quando atiravam pedras nas forças armadas. Grupos fizeram também protestos-relâmpago em vários pontos da Capital, gritando slogans contra o regime do General Pinochet, principalmente "pão, trabalho e liberdade". Entre os detidos está o filho do presidente da Comissão Chilena dos Direitos Humanos. (JB - 26/3/83)

TORTURAS E ASSASSINATOS NO SURINAME

A situação dos direitos humanos no Suriname deteriorou-se seriamente desde que a ex-colônia holandesa se encontra sob governo militar, afirmou a Comissão Internacional de Juristas. Em documento divulgado ontem, os juristas afirmam que a tortura e o assassinato de 15 políticos da oposição, em dezembro passado, foi o incidente mais divulgado, mas que este não é um caso isolado. A CIJ diz ainda que o regime militar proibiu todos os partidos políticos, impôs a censura aos meios de comunicação e criou um clima de terror e insegurança. "As liberdades sindicais estão suspensas e todos os líderes trabalhistas foram presos e assassinados", informa ainda o documento. (ESP - 22/3/83)

A GUATEMALA PROMETE ANISTIA E FUZILA CINCO

Enquanto o presidente Rios Montt anunciava para amanhã a decretação de uma lei de anistia para todos os guerrilheiros do país, cinco homens - entre os quais dois militares - acusados de assassinato, roubo e estupro foram executados depois de condenados secretamente por um Tribunal Militar Especial. No domingo, o XI Congresso Jurídico Guatemalteco pediu a extinção dos tribunais especiais, qualificando-os de lei "antijurídica e um atentado contra a dignidade humana". (ESP - 22/3/83)

GREVE PARALISA O EQUADOR

O Equador amanheceu ontem completamente paralisado em virtude da greve geral convocada pela Frente Unitária dos Trabalhadores, em protesto contra as medidas de austeridade adotadas pelo governo democrata-cristão no final da semana passada, e entre as quais a desvalorização de 21 por cento da moeda nacional e o aumento dos preços do combustível e do leite. A paralisação agravou-se com a adesão das câmaras de comércio, que decidiram fechar suas portas durante dois dias também em protesto contra a política econômica do governo. O ministro do Trabalho declarou a greve ilegal e permitiu aos empresários demitir os funcionários que não comparecessem ao trabalho. O governo alega que as medidas de austeridade eram necessárias para atender às condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos bancos comerciais estrangeiros para renegociar a dívida externa equatoriana, calculada em 6,3 bilhões de dólares. (FSP - 24/3/83)

OUTRAS

EMOÇÃO MARCA ATO POR FREI TITO E VANUCCHI

Com a Catedral da Sé lotada, e num clima de muita emoção, o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, oficiou ontem uma celebração litúrgica em memória de duas vítimas dos órgãos de segurança brasileiros: o frei dominicano Tito de Alencar Lima, que se suicidou em 1974, aos 29 anos, na França, destruído psicologicamente em consequência de torturas sofridas no Dops e na sede da Oban (Operação Bandeirantes) e o estudante Alexandre Vanucchi Leme, morto em 1973, aos 21 anos de idade, porque não resistiu às torturas nas celas do Doi-Codi do 2º Exército, segundo depoimento de outros presos políticos. Os esquifes contendo os restos mortais de frei Tito e de Vanucchi Leme ficaram aos pés do altar, durante a celebração. A celebração litúrgica teve momentos de grande emoção. Frei Fernando, também da Ordem dos Dominicanos, preso com frei Tito e também torturado, debruçou-se sobre o caixão do companheiro e não conseguiu conter o pranto. Parentes e amigos de frei Tito e do estudante Vanucchi tinham os olhos vermelhos. Alguns choravam como se a morte daqueles dois moços tivesse acontecido naquele momento e não há dez anos. O frei Domingos Maia Leite, 77 anos, que era provincial da Ordem dos Dominicanos em 1969, quando frei Tito foi preso, também chorou ao dar entrevista: "O frei não se suicidou. Não cometeu suicídio como ação deliberada contra a vida, mas em consequência de um processo de grande violência", disse frei Domingos. "O capitão Albernaz, um dos chefes da equipe de torturadores, disse ao irmão Tito: 'Agora nós vamos destruir você por dentro. Nós sabemos ferir por dentro, sem deixar marcas.' E foi isso que fizeram a ele, na Oban." (FSP - 26/3/83)

JUSTIÇA MILITAR RECUSA DENÚNCIA CONTRA REPÓRTER

O Juiz-Auditor da 2ª Auditoria do Exército, considerou a Justiça Militar incompetente para julgar o jornalista José Carlos de Assis, por ter publicado no dia 27 de fevereiro um artigo na Folha de São Paulo, no qual acusa um grupo de pessoas, "agindo em nome do SNI, ou com sua cobertura", de apropriar-se no mínimo de 10 milhões de dólares da Agropecuária Capemi. Para o Juiz, o jornalista deve ser julgado pela Justiça comum porque o caso se enquadra no Parágrafo 3º do Artigo 78 da Lei 5.250 - Lei de Imprensa. A denúncia contra o jornalista foi encaminhada ao Ministro da Justiça, pelo Ministro-Chefe do SNI, e pelo Ministro da Agricultura. (JB - 23/3/83)

CARTA DO LEITOR

CARTA ABERTA AO POVO E ÀS AUTORIDADES

1. Porque fazemos esta carta:

Nós, trabalhadores rurais e membros das Comunidades e da Pastoral da Terra da Diocese de Crateús (CE), reunidos em Encontro Diocesano da CPT nos dias 19 e 20 de Março, resolvemos fazer esta carta com a finalidade de divulgar a nossa situação de sofrimento, com mais um ano de seca que está aí, denunciar a todos as injustiças e violências que sofremos e apelar por uma solução urgente.

2. A nossa situação nos bolsões da seca:

Em muitos lugares existem os Bolsões da Seca mas, no geral, não empregam todos os que precisam. Em quase todos não chega a atingir nem a metade dos que foram empregados em 1981. Exemplos: em Independência em 81 havia 11 mil empregados, agora não

chega a 5 mil. Em Crateús, eram mais de 9 mil empregados em 81, agora são apenas uns 6 mil, etc.

Os jovens, menores e mulheres, quase não conseguem entrar nos Bolsões, alguns entram por sorte e, com muita luta.

Mesmo os que estão empregados, sofrem muito por causa deste salário de Cr\$ 11.225,00 que não chega a atender nem as necessidades de uma só pessoa num mês, quanto mais de 8 a 10 membros de uma família como as nossas. E os pagamentos sempre chegam atrasados até de 20 dias a um mês.

As Obras são sempre longe de casa, tem delas que chegam a mais de duas léguas de distância. Aí, o pobre já chega lá cansado e, muitas vezes, não leva o que comer, porque não tem em casa. A sorte é que os companheiros repartem o pouco que levam, como seja: farinha com açúcar, feijão d'água...

A fome invade o povo e está matando muita gente, principalmente as nossas crianças. Vimos alguns casos de pessoas que estão ficando enfraquecidas e morrendo de tuberculose, até porque quando cuidam, não resistem ao tratamento. Isto aconteceu num bairro de Nova Russas e em outros lugares também. Tem muita gente escapando com raízes de mato, mucunã, tripa de galinha (aonde tem granja)...

Em alguns lugares aonde tem bolsões, vem aparecendo o cestão ou feira, mas não é uma coisa completa e nem todo mundo recebe. Só os pais que tem mais de cinco filhos. Também, muitos fornecimentos particulares foram cortados por causa das dívidas e, muitos pais de família, estão ficando sem lugar prá comprar o alimento dos filhos.

Ainda existem, em muitos lugares, comerciantes (até fornecedores) e fazendeiros empregados nos Bolsões, ocupando o lugar de quem mais necessita.

Vimos que em vários lugares os trabalhadores sofrem pressões e ameaças por parte dos feitores e administradores. Alguns são cortados por pequenos motivos que não justificam.

Fora dos Bolsões:

Se esta situação está assim, mesmo aonde existem os bolsões, imaginem o que acontece com as multidões de desempregados?

Milhares e milhares de pais de família e jovens enchem os ônibus para o sul. A maioria deles voltam desesperados porque não encontram empregos em São Paulo e em outros centros desenvolvidos.

E agora, com esta carestia sem freio, aonde vamos chegar?...

Hoje já estamos no dia 20 de Março, a chuva não veio, esta situação piora, a nossa plantação está morrendo. O que vamos fazer?

3. Denunciamos:

- Que diante deste sofrimento tão grande de nosso povo, os empregos estão vindo de conta-gotas.

- Que o atraso e o minguado salário dos bolsões, não é nada diante da carestia desenfreada que está aí.

- Que as longas distâncias das obras levam os trabalhadores a um esgotamento muito maior.

- Que as pressões e ameaças, feitas por quem quer que seja, aos companheiros nos bolsões ou nas filas por emprego, são desrespeito aos nossos direitos humanos.

4. Exigimos com urgência:

- Trabalho com salário mínimo para todos: homens, mulheres, jovens, inclusive dos bairros que estão abandonados.

- Fornecimentos organizados e regular para todos os trabalhadores.

- Açudes maiores e obras que sirvam a todo povo.

- Que sejam anotados os dias dos trabalhadores que adoecem e que eles recebem assistência médica.

- Aos companheiros que sofrem, dizemos: "Coragem, não vamos esmorecer. Deus escuta o clamor de seu povo e juntos podemos ser os Moisés de hoje". (Ex. 3,7)
- A todas as nossas autoridades e órgãos representativos, apelamos: "ESCUTEM E ATEN- DAM O NOSSO CLAMOR, ANTES QUE SEJA TARDE DEMAIS!"

23 de Março de 1983

Ass.: 41 Trabalhadores de: Parambu, Tauá, Independência, Crateús, Poranga, I-pueiras, N. Russas e Tamboril.

ÚLTIMA PÁGINA

FREI TITO E ALEXANDRE

Carlos Alberto Libanio Christo
Frei Betto

Nove anos após sua trágica morte no sul da França, frei Tito de Alencar Lima regressa ao Brasil. Preso sob acusação de atividades políticas, em novembro de 1969, frei Tito e outros religiosos dominicanos foram torturados no Dops paulista. Em fevereiro de 1970, retirado do Presídio Tiradentes pela Operação Bandeirantes e levado ao cárcere paramilitar da rua Tutóia, Tito sofreu, durante três dias, espancamentos, choques elétricos e queimaduras, sem que seus algozes conseguissem quebrar-lhe o silêncio. Libertado por ocasião do sequestro do embaixador suíço, em janeiro de 1971, banido do território nacional, buscou no Chile, na Itália e na França a paz de que necessitava seu espírito atribulado. Haviam-no cindido por dentro. De modo diabólico os fantasmas de seus verdugos o habitavam. Apesar de tratamentos especializados, só na morte frei Tito reencontrou, do outro lado da vida, a unidade perdida. A 10 de agosto de 1974, sob a copa de um álamo, acharam seu corpo balançando entre o céu e a terra.

Na celebração litúrgica de amanhã, dia 25, às 18h30, na Catedral da Sé, serão também solenemente acolhidos, ao lado dos restos mortais de frei Tito, os do estudante Alexandre Vannucchi Leme, aluno de Geologia da USP quando foi preso, de posse de seus documentos legais, a 16 de março de 1973. Levado para a Oban, seviciado, veio a falecer no dia seguinte e só após uma semana, quando já se encontrava enterrado como indigente no cemitério de Perus, a notícia, liberada, dizia que morrera por "atropelamento"...

A celebração da memória desses jovens coloca à nossa consciência, nestes tempos de abertura reprimida, a questão fundamental que define o caráter de toda proposta religiosa e de qualquer projeto político: o que interessa é fazer com que as forças da Vida prevaleçam sobre as forças da Morte. Sob a abstração conceitual de termos como Liberdade e Justiça, é a qualidade da vida e a sua possibilidade como direito coletivo, o critério básico contido na mensagem Daquela que veio para que "todos tenham a vida e a tenham em abundância". Nessa linha, o Evangelho rompe com o princípio da livre iniciativa, calcada na concorrência, como sagrado direito, ao estabelecer que se é tanto mais livre quanto mais se ama, a ponto de considerar a morte, como dom aos outros e à coletividade, o sinal supremo de amor. Aqui, a mensagem que propõe um sentido radical e absoluto à existência ganha concretude mediada pelo projeto político capaz de destruir as barreiras que subvertem a fraternidade humana. A fé monoteísta, num único Senhor que é Pai, elimina a justificação ideológica das desigualdades sociais, versão moderna de culto politeísta, idólatra, ao olímpo do ter, do poder e do prazer, às custas de tantos sacrifícios humanos. Se há um só Pai, somos to-

dos irmãos e, por força mesmo desse princípio teológico, não se justifica nenhuma divisão, discriminação ou dominação. Esta a dialética da oração ensinada por Jesus: o Deus que se revela como Pai Nosso, na experiência teológica que a fé nos permite saborear, é o mesmo que exige e supõe, no tecido social da História, o Pão Nosso.

Pai, pão e paz constituem a tríplice dimensão dessa nova terra que o Evangelho nos convoca a construir.

À luz dos testemunhos de frei Tito, morto aos 28 anos, e de Alexandre, aos 23, motivados pelo ideal de liberdade e de justiça, seria cinicamente cômico querer ampliar o projeto de abertura à sombra da Lei de Segurança Nacional, ainda que se pretenda pôr remendo novo em pano velho. E será certamente trágico não alterar o caráter concentrador, excludente e dependente do atual modelo econômico brasileiro, de forma a permitir que as classes trabalhadoras tenham melhores condições de vida. Se hoje se sonha, sob o otimismo de estréia dos governos eleitos pela oposição, com um futuro mais favorável ao nosso povo, é preciso não esquecer o passado e deixar que ressoem, com toda a sua força, os silêncios definitivos de frei Tito e de Alexandre. As causas da situação que os sacrificou não foram erradicadas e nem as raízes, suprimidas. A irrupção de novos momentos críticos, resultantes da contradição entre o projeto de abertura política e a progressiva asfixia econômica, não serão evitados por meros discursos conciliatórios ou pela hábil magia de transmutar princípios divergentes em simples opiniões diferentes. O que buscavam frei Tito e Alexandre é o que toda a Nação se esforça por encontrar: a alternativa que integre, nas decisões políticas e no usufruto de plena liberdade, a grande maioria que produz as riquezas deste País. Só como fruto da justiça a paz não terá o sabor insípido de trégua. (FSP - 24/3/83)

Carlos Alberto Libanio Christo (Frei Betto), frade dominicano, é membro da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo e escritor, autor de "Batismo de Sangue" e "Cartas da Prisão", entre outros livros.